



**Jornal Notícias**

01-08-2019

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 60963

**Temática:** Política

**Dimensão:** 2279 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/4/5

**Comissão quer mudança  
constitucional para facilitar  
“sim” à regionalização** P.4e5





António Costa já admitiu que não acredita em avanços no processo com Marcelo

# Regionalização vai avançar por referendo mas só se Marcelo quiser

Comissão independente liderada por João Cravinho defende modelo baseado nas atuais cinco regiões

Propõe alteração constitucional para retirar pergunta ao eleitor sobre a sua região e facilitar a vitória

Carla Soares  
carlas@jn.pt

**REFERENDO** A regionalização recebeu ontem um novo impulso, com a comissão independente liderada por João Cravinho a propor um segundo referendo e uma nova lei-quadro. Porém, o aparente acordo de regime entre Esquerda e PSD corre o sério risco de esbarrar no antirregionalista convicto Marcelo Rebelo de Sousa. Se a proposta de nova consulta pode ser uma forma de o convencer, esta via foi ontem contestada por vários autarcas, desde logo do PS.

Há mais de 20 anos, a re-

gionalização foi chumbada pelos portugueses, com o “não” a vencer por 60%, e a Constituição impõe a realização de nova consulta.

Criada por acordo entre PS e PSD, a comissão defende que “o mapa das regiões administrativas deve coincidir com as atuais regiões de planeamento, por razões de conhecimento acumulado, continuidade e custos menos elevados”. A localização das juntas regionais deve ser a das cinco comissões de coordenação e desenvolvimento, mapa apoiado pela “esmagadora maioria” dos regionalistas, nota a comissão. Mas o próprio Cravinho

admite que o relatório “não é consensual, porventura, em muitos pontos”.

## MUDAR CONSTITUIÇÃO

Cravinho quer alterar a Constituição para facilitar a vitória. Propõe o “aperfeiçoamento” do referendo, “suprimindo do artigo 256.º a segunda pergunta, de alcance regional, no sentido de eliminar a possibilidade de flagrante enviesamento antidemocrático”. O objetivo é evitar um chumbo pelas “minorias” que discordam do mapa da sua região.

Vários autarcas pediram uma revisão constitucional, mas para evitar o referendo

e a reforma avançar na próxima legislatura, incluindo os socialistas de Matosinhos, Luísa Salgueiro, e Gondomar, Marco Martins. Mas o líder da Área Metropolitana do Porto, Eduardo Vítor Rodrigues, também do PS, defendeu nova consulta.

A posição histórica de Marcelo obriga a muita cautela. António Costa avisou, há um mês, que “a pior coisa que poderia acontecer para quem defende a regionalização” era “precipitarmos-nos numa confrontação com o presidente da República, com um risco de comprometer por mais 20 anos” a reforma. Antes, em março,

P&R

## O que os portugueses decidiram no referendo de 1998?

No último referendo, foram colocadas duas questões: a primeira sobre a aceitação do mapa regional para o continente e uma segunda que perguntava ao eleitor se concordava ou não com a sua região em concreto. A reforma foi chumbada por 60%.

## O que diz a Constituição sobre uma nova consulta?

A Constituição impõe, no artigo 256.º, que “a instituição em concreto das regiões administrativas, com aprovação da lei de instituição de cada uma delas, depende (...) do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores” num referendo com uma pergunta de alcance nacional e outra relativa a cada área regional.

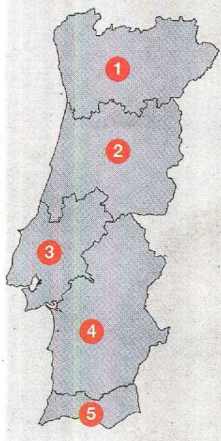
## Como foi criada a comissão e com que objetivo?

Foi criada em agosto do ano passado, por acordo entre PS e PSD, e começou a funcionar em outubro. Incluiu sete especialistas nomeados pelos partidos políticos, à exceção do PCP e Verdes que optaram por não nomear ninguém. De acordo com o mandato fixado por lei, tinham até 31 deste mês para apresentarem propostas concretas.



Mapa das cinco regiões-plano

- 1. Norte
- 2. Centro
- 3. Lisboa e Vale do Tejo
- 4. Alentejo
- 5. Algarve



disse não crer que avançasse “significativamente nos mandatos do atual presidente”. Já o líder do PSD, Rui Rio, defendeu este mês que o processo só pode avançar com nova consulta.

O PS tem apoio da “geringonça” para a regionalização, que domina, por exemplo, o compromisso que a CDU anuncia hoje no Porto.

**CRÍTICAS AO CENTRALISMO**

No relatório entregue aos presidentes da República, do Parlamento e ao Governo, é feito um diagnóstico muito negativo do país. “Nos últimos anos, o grau de centralismo das decisões públicas acentuou-se de forma significativa”, com “elevados custos do ponto de vista da eficácia, eficiência e equidade das políticas e serviços a cidadãos e empresas”. E há um “perigoso sentimento de abandono por parte de populações que se sentem esquecidas e cada vez mais longe dos decisores”.

A comissão propõe “um processo gradual” com “metas de transferência de atribuições e competências para as regiões, sujeito à permanente monitorização e avaliação”. O modelo de governação inclui um mecanismo de fiscalização e sancionamento da corrupção. E prevê a manutenção das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas. ●

Pontos-chave

**1. Modelo de eleição na lei-quadro**  
 A nova lei-quadro das regiões administrativas deverá consagrar que a Junta tem até sete elementos, incluindo o presidente. A eleição será por escrutínio secreto e listas plurinominais, na primeira sessão da Assembleia. E o presidente da Junta Regional será o primeiro da lista mais votada.

**2. Governo pode destituir**  
 A Comissão considera “indispensável que primeiro-ministro e Governo assumam todas as responsabilidades que a Constituição lhes atribui no que se refere à regionalização”. Será o Governo a verificar o cumprimento da legalidade e pode “destituir o órgão executivo” ou mesmo “dissolver os órgãos das regiões”, seguindo-se eleições. A lei-quadro fixará essas competências.

**3. Prioridade aos fundos europeus**  
 Numa primeira fase, darão prioridade à gestão de fundos europeus estruturais e de investimento, mas podem assumir competências na cultura, agricultura e educação. Nos primeiros quatro anos, irão centrar-se nas “políticas de âmbito transversal, reforçando a capacidade de intervenção nos domínios de ação das CCDR”.

**4. Novo banco de desenvolvimento**  
 Propõe um Banco de Desenvolvimento Regional apenas de capital público para apoio às empresas. Deve ser dotado de um capital social de três mil milhões (1,5% do PIB) e ser o “banco de missão” nas áreas apoiadas pelo Fundo InvestEU.

**5. Segmentos de poder capturados**  
 Cravinho propõe “um sistema de prevenção da corrupção, obrigatório por lei, levando à adoção de uma norma internacional de prevenção da corrupção com obrigação da certificação dos serviços”. E diz que há em Portugal uma “captura de segmentos do poder por interesses”.

# Setembro será o mês de todas as decisões na descentralização

Na Saúde, autarcas terão de aceitar, ou não, atribuições. Na Educação, só um terço as quis



Os centros de saúde são uma das duas grandes áreas

**COMPETÊNCIAS** Os autarcas vão ter que decidir, em setembro, se aceitam as duas grandes competências que o Governo quer descentralizar: a Saúde para 2019 e a Educação para o ano letivo 2020/21. Será a maior prova de fogo, até agora, das mais de 20 áreas de atuação que o Ministério da tutela de Eduardo Cabrita vai transferir para o poder local.

Será dias antes das eleições legislativas, que ditam o próximo Governo, que se saberá se os autarcas aderem aos dois grandes acordos assinados entre o Eduardo Cabrita e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Na Saúde, os autarcas têm até 16 de setembro para comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais se aceitam as competências propostas pela Administração Interna para o ano de 2019. Dias depois, a 30 de setembro, terão de comunicar se as aceitam na Educação, para o ano letivo de 2020/21.

Na Educação, assim, as câmaras terão um ano para se organizarem no sentido de receberem novas atribuições, como a responsabilidade pela construção e manutenção das escolas até ao

12.º ano ou pelo pessoal não docente. O espaço de tempo dá à Administração Interna a expectativa de que sejam aceites por mais autarcas.

É que, para o próximo ano letivo, só cerca de um terço das câmaras municipais do continente aceitaram estas competências, nas condições e com o financiamento propostos pelo Governo. Entre elas, estão Lisboa, Oeiras, Cascais, Matosinhos, Sintra, Valongo, Viana do Castelo e Vila Real. Mas autarcas como os do Porto, Gaia, Espinho, Gondomar, Viseu, Bragança, Braga ou Maia recusaram.

**PROCESSO FASEADO**

A Lei-Quadro da Descentralização permite às autarquias assumir competências, de forma faseada, até 2021. Até lá, podem recusar todas ou algumas novas atribuições. Mas, a partir daí, o processo será universal.

Entre as críticas que mais se ouvem a este processo está o facto de o Governo só abdicar de tarefas e não da real capacidade de decisão, como acusa o autarca do Porto, ou o facto de o dinheiro a transferir não chegar para pagar a conta. ●

ALEXANDRA FIGUEIRA

Reações



**Eduardo V. Rodrigues**  
 Pres. Área Metropolitana Porto

“Muitos daqueles que olhavam para a regionalização com muitas dúvidas e até com um ceticismo exacerbado, hoje percebem que o país perdeu muito”



**Emídio Sousa**  
 Pres. Câmara da Feira

“O problema não está na necessidade de uma nova estrutura de decisão pública, mas numa verdadeira política de descentralização”



**Xoán Máo**  
 Secretário-geral Eixo Atlântico

“As CCDR não podem ser parques jurássicos para fazer favores. Têm de ser entidades democraticamente eleitas”